



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL139/2026

- **Constituição Federal;**
- **Código Penal;**
- **Lei Federal nº 10.778, de 24 de novembro de 2003**, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.
- **Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, altera dispositivos do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal; e dá outras providências;
- **Decreto Federal nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010**, que dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180).
- **Lei Federal nº 12.845, de 1º de agosto de 2013**, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.
- **Lei Federal nº 13.421, de 27 de março de 2017**, que dispõe sobre a criação da Semana Nacional pela não violência contra a mulher e dá outras providências;
- **Lei Federal 13.427, de 30 de março de 2017**, que altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para inserir, entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o princípio da organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- **Decreto Federal nº 9.586 de 2018**, que institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica
- **Lei Federal nº 13.271, de 02 de outubro de 2018**, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer que será dada prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher ou violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.
- **Lei Federal nº 15.125, de 24 de abril de 2025**, que altera a Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), para sujeitar o agressor a monitoração eletrônica durante a aplicação de medida protetiva de urgência em casos de violência doméstica e familiar;
- **Lei Estadual nº 17.626, de 7 de fevereiro de 2023**, que autoriza o Poder Executivo a promover o pagamento de auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no Estado de São Paulo.
- **Lei Estadual nº 17.635, de 17 de fevereiro de 2023**, que dispõe sobre a capacitação dos funcionários de bares, restaurantes, boates, clubes noturnos, casas de espetáculos e congêneres, para habilitá-los a identificar e combater o assédio sexual e a cultura do estupro praticados contra as mulheres, e dá outras providências.
- **Lei Estadual nº 17.637, de 17 de fevereiro de 2023**, que institui a Política Estadual de Qualificação Técnica e Profissional e dispõe sobre a preferência de vagas às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Estado de São Paulo.
- **Lei Estadual nº 17.760, de 2023**, que autoriza o Poder Executivo a instituir, regulamentar e implementar o Programa Saúde da Mulher Paulista, com a finalidade de promover ações e serviços de prevenção e assistência integral à saúde da mulher no âmbito do Estado de São Paulo.
- **Lei Municipal nº 11.913, de 18 de outubro de 1995**, que institui, no âmbito do Município de São Paulo, a Semana da Mulher, a ser realizada, anualmente, no mês de março.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- **Lei Municipal nº 13.150, de 20 de junho de 2001**, que introduz o quesito "violência de gênero" no sistema municipal de informações em saúde, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 13.172, de 15 de agosto de 2001**, que institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa "Mulher - Sua Saúde, Seus Direitos".
- **Lei Municipal nº 13.191, de 23 de outubro de 2001**, que dispõe sobre uso dos espaços publicitários nos ônibus e nos abrigos de espera para campanhas educativas contra a violência à mulher.
- **Lei Municipal nº 13.198, de 30 de outubro de 2001**, que dispõe sobre a assistência às vítimas de violência.
- **Lei Municipal nº 13.280, de 08 de janeiro de 2002**, que dispõe sobre a criação da Casa Municipal de Apoio à Mulher.
- **Lei Municipal nº 13.671, de 26 de novembro de 2003**, que dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo.
- **Lei Municipal nº 13.786 de 12 de fevereiro de 2004**, que dispõe sobre a realização de campanhas educativas contra violência à mulher.
- **Lei Municipal nº 13.770, de 29 de janeiro de 2004**, que dispõe sobre a adoção de medidas pelo Executivo Municipal que priorizem o atendimento da mulher como beneficiária dos programas de Habitação de Interesse Social.
- **Decreto Municipal nº 48.495, de 05 de julho de 2007**, que institui o Programa de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- **Lei Municipal nº 14.673 de 14 de janeiro de 2008**, que dispõe sobre a criação de casas-abrigo para o atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e seus dependentes, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- **Lei Municipal nº 15.043 de 27 de novembro de 2009**, que dispõe sobre os serviços públicos municipais de atendimento à saúde da mulher, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 15.104 de 2010**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o evento Mulher Com Vida, a ser comemorado anualmente no dia 08 de março, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 15.137 de 25 de março de 2010**, que autoriza a celebração de consórcio com municípios do Estado de São Paulo, objetivando o atendimento às mulheres vítimas de violência, na forma que especifica.
- **Lei Municipal nº 15.203 de 18 de junho de 2010**, que estabelece diretrizes para a Política Municipal de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.
- **Lei Municipal nº 15.635 de 20 de setembro de 2012**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia de Luta e Combate à Violência Contra a Mulher.
- **Lei Municipal nº 16.068 de 04 de setembro de 2014**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Mês do Ativismo pela não Violência contra a Mulher.
- **Decreto Municipal nº 55.089, de 08 de maio de 2014**, que institui o Projeto Guardiã Maria da Penha.
- **Lei Municipal nº 16.165 de 13 de abril de 2015**, que institui a ação Ronda Maria da Penha no âmbito da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, e dá outras providências.
- **Decreto Municipal nº 56.702, de 09 de dezembro de 2015**, que cria o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres - CPM.
- **Lei Municipal nº 16.684, de 10 de julho de 2017**, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, no âmbito do Município de São Paulo, de avisos com o número do Disque Denúncia de Violência Contra a Mulher (Disque 180);



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- **Lei Municipal nº 16.806, de 19 de janeiro de 2018**, que dispõe sobre a política de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade pela Rede Pública de Saúde, com a utilização do Contraceptivo Reversível de Longa Duração de Etonogestrel, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 16.823, de 06 de fevereiro de 2018**, que institui um projeto de prevenção de violência doméstica com estratégia de saúde da família.
- **Lei Municipal nº 17.218, de 25/10/2019**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Mês de Agosto Lilás, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 17.450, de 09/09/2020**, que institui multa administrativa ao agressor das vítimas de violência doméstica e familiar.
- **Lei Municipal nº 17.320, de 18/03/2020**, que dispõe sobre concessão de auxílio-aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica, no Município de São Paulo, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 17.638, de 09 de setembro de 2021**, que disciplina o Programa Pode Entrar, estabelecendo regras, mecanismos e instrumentos para sua operacionalização.
- **Lei Municipal nº 17.699, de 22/10/2021**, que determina a inclusão de serviços de proteção à mulher vítima de violência nos sites da Prefeitura do Município e da Câmara Municipal de São Paulo, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 17.579, de 26/07/2021**, que dispõe sobre o encaminhamento das solicitações de acolhimento emergencial e de auxílio-aluguel para mulheres em situação de violência.
- **Lei Municipal nº 17.560, de 31/05/2021**, que dispõe sobre a implantação do acompanhamento psicológico para mulheres vítimas de violência no Município e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 17.840, de 27/07/2022**, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de placas informativas do serviço Disk Denúncia 180 nos sanitários femininos de bares, restaurantes, boates, casas de espetáculos e congêneres, no âmbito do Município de São Paulo.
- **Lei Municipal nº 17.803, de 09/05/2022**, que dispõe sobre a responsabilidade de os condomínios residenciais do Município de São Paulo



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

comunicarem ocorrências de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

- **Lei Municipal nº 17.962, de 15/06/2023**, dispõe sobre a divulgação do Programa Tem Saída, e dá outras providências.

- **Lei Municipal nº 17.957, de 06/06/2023**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia do combate à violência nos condomínios contra a mulher, a criança, o idoso, o deficiente físico e mental, os animais e entre os vizinhos, a ser celebrado anualmente no dia 22 de novembro, e dá outras providências.

- **Lei Municipal nº 17.884, de 02/01/2023**, que institui o Programa de Acompanhamento Psicológico às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, no âmbito do Município de São Paulo.

- **Lei Municipal nº 18.109, de 03/05/2024**, dispõe sobre a criação do Programa de fortalecimento da saúde mental e do enfrentamento à violência psicológica entre mulheres (Wollying).

- **Lei Municipal nº 18.171, de 24/07/2024**, que dispõe sobre a presença de serviços de segurança em equipamentos públicos de atendimento a mulheres vítimas de violência.

- **Lei Municipal nº 18.122, de 22 de maio de 2024**, que estabelece o direito da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de seus dependentes à prioridade em matrícula ou rematrícula em instituições municipais de ensino, no âmbito do Município de São Paulo.

- **Lei Municipal nº 18.371, de 23/12/2025**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia de Conscientização sobre o Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no Calendário de Eventos do Município de São Paulo.

- **Decreto Municipal nº 64.907, de 19/01/2026**, que modifica parcialmente a estrutura organizacional da Guarda Civil Metropolitana/Comando Geral - GCM, vinculada à Secretaria Municipal de Segurança Urbana, e seu respectivo quadro de funções de confiança, nos termos da Lei nº 17.720, de 2 de



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

dezembro de 2021, bem como introduz alterações nos Decretos nº 58.199, de 18 de abril de 2018, e nº 52.649, de 15 de setembro de 2011.

- **Decreto Municipal nº 65.058, de 27/03/2026**, que regulamenta conjuntamente, por afinidade de matérias, a Lei nº 17.884, de 2 de janeiro de 2023, que institui o Programa de Acompanhamento Psicológico às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica no âmbito do Município de São Paulo voltado à prestação de acompanhamento psicológico para as mulheres vítimas de violência doméstica, e a Lei nº 18.109, de 3 de maio de 2024, que dispõe sobre a criação do Programa de fortalecimento da saúde mental e do enfrentamento à violência psicológica entre mulheres (Wollying).

PL 223/2026 Altera a Lei 17.851, de 27 de outubro de 2022, para ampliar os benefícios para os “Filhos do Feminicídio” e dá outras providências.

PL 218/2026 Institui o Estatuto da Mulher Paulistana, regula direitos, estabelece medidas de assistência, proteção, promoção da autonomia e organização da rede de proteção das mulheres no Município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 207/2026

Institui a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento ao Feminicídio, cria o Sistema Integrado de Proteção à Mulher no âmbito do Município de São Paulo, estabelece diretrizes para a articulação intersetorial de políticas públicas e para a integração de tecnologias de monitoramento, em consonância com o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, e dá outras providências.

PL 204/2026 Institui a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça, inclusive em meios digitais, e dá outras providências.

- PL 141/2026

Institui o Programa Municipal de Monitoramento Preventivo de Agressores com Medida Protetiva no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- PL 138/2026

Dispõe sobre a prioridade e a flexibilização de requisitos para inclusão de mulheres em situação de violência doméstica e familiar nos programas habitacionais e de assentamento do São Paulo

- PL 1181/2025

Dispõe sobre a criação de bases da Guarda Civil Metropolitana (atual Polícia Municipal) em bairros e locais estratégicos, visando a proteção e atendimento prioritário de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, especialmente aquelas que possuem medidas protetivas de urgência e dá outras providências.

- PL 1118/2025

Institui a Política Municipal de Cuidados, Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher – “SP por Elas” no Município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 1071/2025

Institui o Programa Municipal "Resgate de Vidas", de atenção integral a crianças e adolescentes vítimas indiretas do feminicídio e da violência doméstica, no âmbito do Município de São Paulo.

- PL 723/2025

Altera a Lei nº 17.638, de 9 de setembro de 2021, que disciplina o Programa Pode Entrar, para incluir como grupo prioritário as empregadas domésticas chefes de família e sem imóvel próprio.

- PL 418/2025

Dispõe sobre a criação do Observatório da Violência Política Digital de Gênero e/ou Raça contra Mulheres no âmbito municipal e dá outras providências.

- PL 363/2025

Dispõe sobre preferência de vagas para crianças filhas de mulheres vítimas de violência doméstica ou com medida protetiva no âmbito da Educação Municipal da cidade de São Paulo.

- PL 277/2025



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

Dispõe sobre a concessão gratuita de Reconstrução Dentária para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, no município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 552/2023

Acrescenta o § 3º ao Art. 175 do CAPÍTULO VI da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979 (Estatuto do Servidor Municipal), para dispor sobre alocação à servidora pública em situação de assédio sexual, moral, violência doméstica e familiar ou qualquer situação que impute vulnerabilidade ou risco de vida, garantindo alocação em outra unidade para prestação de serviço, a fim de resguardar sua integridade física e psicológica

- PL 94/2023

Altera a Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979 (Estatuto do Servidor Municipal), para dispor sobre medidas protetivas à servidora pública em situação de violência doméstica e familiar, garantindo afastamento remunerado e acomodação em outra unidade para prestação de serviço, a fim de resguardar sua integridade física e psicológica.

- PL 16/2023

Dispõe sobre implementação do Protocolo “Não se Cale”, que visa integrar medidas de combate à violência sexual contra mulheres em espaços de lazer noturno na cidade de São Paulo.

- PL 286/2022

Dispõe sobre a criação do programa observatório da violência contra a mulher, contendo organização de banco de dados municipal em São Paulo, e divulgação periódica norteando políticas de proteção e inclusão social de mulheres vítimas de violência.

- PL 265/2022

Dispõe sobre assistência psicológica e social para famílias de vítimas de feminicídio, no âmbito de São Paulo e dá outras providências.

- PL 194/2022

Dispõe sobre o Programa Municipal de Enfrentamento ao Assédio e à Violência Política Contra a Mulher.



- PL 193/2022

Cria o Cadastro Municipal de Informações para o Combate à Violência contra a Mulher.

- PL 163/2022

Institui Linha de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, na forma que especifica e dá outras providências.

- PL 41/2022

Institui a Política Municipal de Combate Comunitário à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, estabelece diretrizes e dá outras providências.

- PL 39/2022

Obriga os hospitais públicos e privados a comunicarem às delegacias de polícia, quando do atendimento em suas unidades de pronto atendimento, os casos de idosos, mulheres, crianças e adolescentes vítimas de agressões físicas.

-PL 868/2021

Institui a Política Municipal de Prevenção e Combate à Violência Política contra a mulher e cria observatório de monitoramento no município de São Paulo a fim de nortear a implementação de políticas públicas com perspectivas de gênero e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 02 de abril de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068